



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Hotel Renar – Avenida Beira Lago, 150 – Fraiburgo – SC

DATA: 08 de julho de 2010

HORÁRIO: 14h

Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

Roberto Hess de Souza; Arion Bet Godói; Flávio Magajewski; Raquel Bittencourt e Maria Lúcia Mattos Gomes.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Celso Luiz Dellagiustina (Bombinhas); Tarcísio Crócomo (Joinville); Roberto Ruiz (Itapema); Juliano Polese (Lages); Telma Bley (Canoinhas); Orlando Fávero (Luzerna); Léa Lopez (Imbituba); Elói Trevisan (Campo Erê); Marcelo Lanzarin (Blumenau); Sonia Bodanese (Vargeão).

Desenvolvimento dos trabalhos

A 151ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14 horas, com a presença dos membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/COSEMS Celso Dellagiustina.

APROVAÇÃO DA ATA

A Ata CIB 150ª foi aprovada com uma correção à linha 164, em uma fala do Secretário Municipal de Lages Juliano Polese.

- 1 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**
- 2 Leitura de matéria publicada no Jornal Cidadela de Joaçaba, intitulada “Meu Dia de Cão”,
- 3 publicada em 25 de junho de 2010, assinada pelo Diretor Geral do Hospital de Joaçaba Adgar
- 4 Bittencourt;
- 5 Documento de Entre Rios, solicitando Deliberação para a habilitação de financiamento
- 6 Portaria 2198/2009;
- 7 Documento de Salete, solicitando Deliberação para a habilitação de financiamento Portaria
- 8 2226/2009 e Portaria 2198/2009;
- 9 Documento de Caçador, solicitando Deliberação de convênio, proveniente de emenda
- 10 parlamentar para o Hospital Maicé;
- 11 Documento de Santa Terezinha, solicitando Deliberação para habilitação de financiamento
- 12 Portaria 2226/2009.
- 13
- 14 Sobre a matéria publicada no Jornal Cidadela de Joaçaba, assinada pelo Diretor Geral do
- 15 Hospital Universitário Santa Terezinha de Joaçaba Adgar Bittencourt, o Coordenador da
- 16 CIB/SES Roberto Hess de Souza cita que solicitou que enviassem esse documento ao
- 17 Presidente do CoSEMS. Cita que as ofensas foram de forma vil, dirigidas a secretários



18 municipais de saúde que, muitas vezes, viajam sem conforto, enfrentando trajetos longos em
19 busca de melhoria da saúde para os seus municípios. Em respeito a todos os secretários de
20 saúde, afirma que não se pode aceitar esse tipo de ofensas que foram colocadas aqui nessa
21 matéria aos secretários e também ao Estado. Que por parte do Estado, serão tomadas medidas,
22 no sentido de verificar se os municípios estão sendo atendidos. Mas, acha que as medidas não
23 podem ser tomadas de forma unilateral, que devem ser conjunta SES e Cosems. O Secretário
24 Municipal de Saúde de Luzerna Orlando Fávero, citado na matéria, referindo-se ao conteúdo,
25 cita que tinham horário marcado naquele dia, com a Diretora Geral da SES/SC Rosina Moritz,
26 para discutir as questões ligadas às cirurgias eletivas e que foi uma surpresa essa matéria. Que
27 se surpreende como gestor, referindo o tanto que tem lutado na saúde, e pela matéria ter vindo
28 de pessoa ilustrada como o Dr. Adgard Bittencourt, com críticas de nível tão baixo. Por fim,
29 coloca que achou importante essa leitura, para que todos soubessem do que realmente se
30 passou, esclarecendo que o conteúdo do Jornal não coincide com a verdade dos fatos. Em
31 seguida, falou o Secretário municipal de Saúde de Herval do Oeste Adair Cerrão, colocando
32 que no início do ano passado foi acertado com a Diretoria do Hospital Universitário de
33 Joaçaba, que iriam fazer um número x de cirurgias eletivas para os 22 municípios da Região. E
34 que o Hospital não realizou uma só cirurgia. A grande discussão dos secretários de saúde com
35 o Hospital são, sobretudo, as cirurgias. Cita por fim, que o Colegiado de Gestão Regional
36 daquela Região deveria saber sobre os recursos que são repassados para o Hospital. Elói
37 Trevisan, Secretário Municipal de Saúde de Campo Erê se solidariza com os colegas e cita que
38 já passou situação semelhante, com relação a dirigentes de hospitais e que na ocasião “cabeças
39 rolaram” Ressalta que é importante que o Estado e/ou União, quando repassam recursos
40 financeiros ou equipamentos para prestadores de serviços, que os gestores sejam informados e
41 ouvidos, da real necessidade e para que fim se destinam, evitando que esses equipamentos
42 sejam “privatizados” tão logo sejam instalados. Que, em muitos casos, são informados pela
43 imprensa, de convênios assinados ou de equipamento/veículos enviados a entidades. Fala
44 ainda que “devemos nos manter unidos, poder público, para que não sejamos reféns de
45 prestadores”. O Coordenador da CIB/Cosems Celso Dellagiustina faz algumas colocações
46 referente ao Hospital de Joaçaba: primeiro, que o nível do artigo é incompatível com o grau de
47 instrução do indivíduo. A segunda colocação refere-se a uma situação anterior a passagem do
48 Hospital para a Reitoria, em que o Cosems esteve em Joaçaba, onde foram colocadas várias
49 questões sobre o não cumprimento da PPI, assumidas pelo Hospital. Foi citado na época que o
50 Hospital estava fazendo, era caso de polícia, que tiveram a coragem de falar isso. Que em
51 seguida trocou-se a administração pela Reitoria e os problemas continuaram os mesmos.
52 Novamente o Cosems e o Estado foram chamados e foram até Joaçaba. Foi realizado um
53 evento em Joaçaba em 2007. Que na época solicitaram, através do Presidente do Cosems,
54 investimentos ao Estado e se comprometeram a cumprir todos os compromissos, assinando
55 todos os termos de garantia necessários. Que na época foi dito e enfatizado ao Hospital que, se
56 houvesse o descumprimento dos compromissos ou reclamações por parte de secretários de
57 saúde sobre os atendimentos, que os equipamentos seriam retirados imediatamente do
58 Hospital, ou seja, os investimentos públicos. Refere que na matéria houve mais que ofensas
59 aos secretários de saúde, que as ofensas foram ao Sistema Único de Saúde. Coloca como
60 encaminhamentos que, o Hospital cumpra o que foi pactuado e peça desculpas ou que sejam
61 devolvidos os investimentos públicos, aplicados no Hospital. O Coordenador da CIB/SES
62 Roberto Hess de Souza concorda com os encaminhamentos e esclarece ao Secretário
63 Municipal de Saúde de Campo Erê Elói Trevisan, sobre o repasse de recursos aos prestadores
64 de serviços, que todos os pedidos dirigidos à SES passam por avaliação técnica rigorosa e os



65 gestores são chamados frequentemente. Que no período em que está como Secretário de
66 Estado da Saúde, esses critérios estão sendo cumpridos. O Coordenador da CIB/Cosems Celso
67 Dellagiustina coloca por fim, que seja preparado documento para a reintegração de posse dos
68 equipamentos do Hospital que foram doados com recursos públicos, para o bem do serviço
69 público.

70

71 **DELIBERAÇÕES**

72

73 **TERMOS DE COMPROMISSO DA GESTÃO MUNICIPAL**

74 A CIB **APROVOU** a adesão dos municípios listados a seguir, ao pacto de gestão: Águas
75 Mornas, Anitápolis, Barra Velha, Brunópolis, Governador Celso Ramos, Guaraciaba, Jaborá,
76 Leoberto Leal, Monte Carlo, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz e São Joaquim.

77

78 **HOSPITAL DIA**

79 A CIB **APROVOU** a habilitação da Maternidade Carmela Dutra para tratamento clínico,
80 cirúrgico, diagnóstico e terapêutico em regime de Hospital Dia. A Maternidade é unidade
81 própria da SES e segue as exigências da Portaria GM nº 44 de 10/01/2001 e normas da SES.

82

83 **TRANSPLANTE DE CÓRNEA DO HOSPITAL DE CURITIBANOS E DA CLÍNICA OFTALMOS DE** 84 **ITAJAÍ**

85 A CIB **APROVOU** a habilitação da Clínica Oftalmos – Centro Avançado em Doenças do
86 Olho em Itajaí e o Hospital Hélio Anjos Ortiz de Curitiba, para realização de transplante de
87 córnea. Os referidos Estabelecimentos obtiveram pareceres favoráveis da Central de
88 Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e Tecidos de Santa Catarina e dos respectivos
89 gestores municipais.

90

91 **CAPS AD, MODALIDADE II DE FLORIANÓPOLIS E TUBARÃO**

92 A CIB **APROVOU** os credenciamentos dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS AD –
93 Álcool e Drogas dos Municípios de Florianópolis e Tubarão. Os dois serviços obtiveram
94 pareceres favoráveis da Coordenação Estadual de Saúde Mental.

95

96 **COMPENSAÇÃO DAS ESPECIFICIDADES REGIONAIS (PORTARIA 1045 DE 06/05/2010)**

97 Considerando o disposto na Portaria nº. 1.045 de 06 de maio de 2010, relativo a recursos de
98 Compensação de Especificidades Regionais, componente da parte variável do PAB, a CIB
99 **APROVOU** os novos valores relativos aos recursos de compensação de especificidades
100 regionais, para os 103 municípios que cumprem os critérios estabelecidos para o recebimento
101 desse tipo de recurso, passando o total de R\$ 5.144.698,95 de 2009 para R\$ 5.447.328,36 em
102 2010 e ratifica as diretrizes e critérios aprovados na Deliberação 092/CIB/2009. Os valores de
103 2010 serão pagos retroativos a janeiro de 2010. Nenhum município ainda recebeu os recursos
104 referentes a 2010, pois estão recebendo a última parcela de 2009.

105

106 **CIRURGIAS ELETIVAS: RESSARCIMENTO AOS MUNICÍPIOS PLENOS**

107 Considerando as Deliberações nº 118/2009, 140/2009, 31/2010, 91/2010 e 166/2010;
108 considerando que foi realizado o ressarcimento aos municípios com base nestas Deliberações,
109 da produção hospitalar e ambulatorial até fevereiro/2010; considerando que os municípios
110 apresentaram produção até abril de 2010 e ainda não receberam o recurso devido;
111 considerando que já foi enviado ao Ministério da Saúde ofício solicitando o ressarcimento, a



112 **CIB APROVOU** o repasse para os municípios em gestão plena, da produção hospitalar e
113 ambulatorial, dos meses de março de 2010 e abril de 2010, num total de R\$ **449.289,58**.
114

115 **CIRURGIAS ELETIVAS: REPASSE À GESTÃO ESTADUAL**

116 Considerando o projeto aprovado através da Portaria GM/MS nº 2332 de 10 de outubro;
117 considerando que o valor estabelecido para o Estado de Santa Catarina nesse projeto é de R\$
118 13.199.595,75; considerando que de setembro de 2008 até fevereiro de 2010 a SES/SC
119 recebeu o valor de R\$ 5.884.704,91, referente somente a produção da gestão estadual, não
120 sendo pagos os municípios plenos; considerando que foi encaminhado ao Ministério da Saúde
121 o Ofício nº 99/10, 09/02/2010, com base na Deliberação nº 32/2010 para o repasse do recurso
122 pelo Ministério da Saúde ao Fundo Estadual de Saúde; considerando que a SES/SC já
123 repassou aos municípios em gestão plena, em razão da consideração aos municípios e
124 prestadores que realizaram os procedimentos e pela certeza do cumprimento pelo Ministério
125 da Saúde de nosso projeto aprovado; considerando que o Estado de Santa Catarina tem saldo
126 do seu projeto de cirurgias eletivas e tem produção realizada, a **CIB APROVOU** o repasse
127 para a gestão estadual da produção dos municípios em gestão plena de março e abril/2010, no
128 valor de R\$ **449.289,58**.
129

130 **ALTERAÇÕES DA PPI**

131 A **CIB APROVOU** as solicitações dos gestores, para alterar o fluxo de atendimento da
132 assistência ambulatorial de média complexidade – PPI, de seus municípios, com validade para
133 a competência agosto/2010. As alterações solicitadas estão disponíveis à mesa e serão
134 incluídas nesta Deliberação.
135

136 **PORTARIA N. 1.556, DE 16 DE JUNHO DE 2010 (H1N1)**

137 Considerando a Lei - 12.215, de 11 de março de 2010, que abre crédito extraordinário em
138 favor do Ministério da Saúde para prevenção, preparação e enfrentamento da influenza
139 pandêmica (H1N1) 2009; considerando a Portaria GM nº. 1556, de 16 de junho de 2010, que
140 estabelece recursos de custeio destinados às ações de Atenção Primária, de Média e de Alta
141 Complexidade a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios para o
142 enfrentamento da influenza pandêmica (H1N1) 2009; considerando o quadro epidemiológico
143 referente à Influenza A (H1N1) em Santa Catarina que leva a necessidade da ampliação e a
144 garantia de acesso a todos os serviços indispensáveis ao diagnóstico, tratamento e reabilitação
145 com rapidez e efetividade; considerando que a Atenção Primária à Saúde caracteriza-se por
146 um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a
147 proteção da saúde, a prevenção de agravos, danos e riscos, o diagnóstico, o tratamento, a
148 reabilitação e a manutenção da saúde, tendo a estratégia de Saúde da Família como prioridade
149 para sua organização; considerando ainda que a estratégia de vacinação realizada este ano
150 possibilita a diminuição do risco de adoecer e do número de mortes associadas à influenza
151 pandêmica nos grupos mais afetados durante o ano de 2009, assim como garante a manutenção
152 do funcionamento dos serviços de saúde envolvidos na resposta à pandemia; considerando que
153 os dados epidemiológicos preliminares não apontam para um aumento significativo de casos
154 do novo subtipo em relação ao sazonal, sinalizando para o número médio de casos de anos
155 anteriores em relação à manifestação das síndromes respiratórias agudas graves (SRAG),
156 evitando assim o esgotamento da capacidade de atendimento pelos serviços de saúde.
157 Entretanto, todos os níveis de atendimento devem ser mobilizados para mitigar os efeitos do
158 aumento do número de casos, tanto de formas leves quanto graves, caso ocorram; **a CIB**



159 **APROVOU** a distribuição de acordo com a portaria nº. 1556/GM/2010 em seu artigo 1º que
160 prevê a pactuação da distribuição dos referidos recursos até 30 de julho de 2010. A
161 distribuição fica assim especificada: Atenção Básica – o montante de recursos no valor de **R\$**
162 **3.135.872,40** serão destinados às ações de Atenção Primária (atendimentos e capacitação).
163 Esses valores serão repassados integralmente aos municípios de SC, de forma per capita no
164 valor de **0,5125** por habitante. Para média e alta complexidade, o montante de recursos será no
165 valor de **R\$ 4.196.814,03** devendo ser alocados nas seguintes áreas: 1- **R\$ 200.000,00** – para
166 compra de leitos de UTI privados mediante regulação estadual; 2 - **R\$ 600.000,00** – para os
167 serviços de Raio-X (70%) e patologia clínica (30%) que será alocado na PPI da assistência
168 ambulatorial nas competências de agosto/setembro/outubro, sendo R\$ 200.000,00/mês e 3 -
169 **R\$ 3.396.814,03** – para internação hospitalar. Para internação hospitalar será criada uma AIH
170 específica que ficará sob regulação e autorização nas Regionais de Saúde. Os recursos para
171 média e alta complexidade ficarão sob gestão estadual e serão repassados aos municípios
172 conforme itens acima. Caso tenha saldo nos itens 01 e 03 será discutida sua alocação.
173 Também será constituída uma comissão com 03 representantes da SES e 03 do Cosems, para o
174 acompanhamento da aplicação dos recursos, sugestão do Secretário Municipal de Saúde de
175 Joinville Tarcísio Crócomo.

176

177 **AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS – PORTARIA 1007 DE 04 DE MAIO DE 2010**

178 A CIB **APROVOU** os critérios para inclusão do agente de combate as endemias nas Equipes
179 de Saúde da Família para Santa Catarina. Os critérios de elegibilidade para o recebimento do
180 incentivo financeiro definidos pela portaria nº 1007 de 4 de maio de 2010, que regulamenta a
181 incorporação do Agente de Combate às Endemias - ACE na atenção primária à saúde em SC
182 ficou assim estabelecido: Descrição dos processos de trabalho com a utilização de dispositivos
183 e metodologias que favoreçam a integração da vigilância, prevenção, proteção, promoção,
184 atenção à saúde e educação em saúde; e cobertura da saúde da família de 90 a 100% para
185 municípios com até 10.000 habitantes; com todas as Equipes de Saúde da Família implantadas
186 Municípios de 10.001 a 20.000 – acima de 80% de cobertura; de 20.001 a 50.000 habitantes –
187 acima de 70% de cobertura, com todas as Equipes de Saúde da Família implantadas. O critério
188 de classificação e desempate terá como prioridade os municípios com o maior percentual de
189 cobertura populacional alcançado; o período mais antigo no que diz respeito ao processo de
190 qualificação de ESF e da certificação do Pacto pela Saúde. A classificação das equipes se dará
191 até o limite dos recursos disponíveis na presente portaria, sendo que os municípios terão até
192 30/07/2010 para envio das propostas. O valor do montante de R\$ 1.078.400,00 /ano destinados
193 ao Estado de SC possibilita o repasse e a implantação da nova proposta para 155 equipes de
194 ESF, correspondendo a uma parcela de 1/12 extra-anual do incentivo mensal destas equipes no
195 valor igual ao valor da modalidade cujas essas equipes estão enquadradas. As propostas serão
196 analisadas mediante apresentação da proposta de trabalho anexadas às solicitações, sendo que
197 o prazo para a pactuação encerra-se em 31 de agosto de 2010.

198

199 **CURSOS FINANCIADOS PELO PROFAPS, DESENVOLVIDOS PELA E.T.BLUMENAU**

200 A CIB **APROVOU** os cursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para
201 a Saúde – PROFAPS desenvolvidos pela Escola Técnica de Blumenau. Esses cursos são
202 destinados aos profissionais da abrangência das Macrorregiões do Vale do Itajaí e da Foz do
203 Rio Itajaí. Os cursos listados a seguir foram aprovados nos seus respectivos Colegiados de
204 Gestão Regional – CGR: Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso; Aperfeiçoamento em
205 Biossegurança; Curso de Especialização Pós-Técnico em Enfermagem em Atenção Básica;



206 Curso de Especialização Pós-Técnico em Saúde Mental; Curso de Especialização Pós-Técnico
207 em Enfermagem do Trabalho; Curso de Especialização Pós-Técnico em Gestão da Vigilância;
208 Curso Técnico em Vigilância em Saúde, ficando com 30% dos recursos do PROFAPS. O
209 Diretor de Educação Permanente da SES Flávio Magajewski cita que os recursos estão sendo
210 descentralizados desde o ano passado. Que as negociações nos Colegiados de Gestão Regional
211 foram no sentido de apresentar os projetos de acordo com as necessidades dos serviços. E a
212 negociação feita no Plano Estadual de Educação Permanente, para os recursos da educação
213 profissional, foi no sentido de atender a 05 critérios.

214

215 **CURSOS FINANCIADOS PELO PROFAPS – DESENVOLVIDOS PELA EFOS**

216 A CIB **APROVOU** os cursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para
217 a Saúde – PROFAPS, desenvolvidos pela Escola de Formação em Saúde – EFOS da SES para
218 as Macrorregiões Norte, Nordeste, Planalto Serrano, Sul, Extremo Oeste, Oeste e Grande
219 Florianópolis. Os cursos listados a seguir foram avaliados pela Câmara Técnica de Recursos
220 Humanos da CIB: Curso Técnico em Vigilância em Saúde; Curso Técnico em Enfermagem;
221 Curso Técnico em Enfermagem Complementação; Especialização Pós-Técnico em Saúde
222 Mental; Especialização Pós-Técnico em Cuidador do Idoso, ficando com 70% dos recursos do
223 PROFAPS.

224

225 **CURSO DE QUALIFICAÇÃO DE GESTORES DO SUS**

226 A CIB **APROVOU** a realização do Curso de Qualificação de Gestores do SUS – CNQGS.
227 Esse é o segundo curso a ser realizado em SC. O curso tem como objetivo proporcionar o
228 desenvolvimento de capacidades para a gestão dos diferentes níveis do SUS, referenciada na
229 regionalização da atenção à saúde. Serão 350 vagas distribuídas nos Colegiados de Gestão, em
230 14 turmas de até 25 alunos, sendo que as vagas serão distribuídas, priorizando as inscrições de
231 equipes por município em detrimento de vagas isoladas, considerando que o rendimento não é
232 tão eficaz como a participação em equipes. O financiamento é Ministério da Saúde através
233 ENSP/FIOCRUZ. O curso é destinado aos profissionais de nível superior e médio, efetivos, do
234 SUS, que trabalham com a gestão. O curso é na modalidade à distância, tendo carga horária de
235 180 horas, sendo 156 horas realizadas a distância e 24 horas de forma presencial. O Diretor de
236 Educação Permanente da SES Flávio Magajewski reforça quanto à participação de alunos em
237 equipes por município, na lógica aluno-equipe, para a melhoria das discussões de temas,
238 resolvendo problemas de gestão e mudando processos de trabalho. Encaminham nesse sentido,
239 ficando pactuadas as inscrições por equipes, indicadas pelos Colegiados de Gestão Regional,
240 para os municípios de sua abrangência. Também cita que já há recursos para a realização do
241 segundo GERUS – Curso para Gerências de Unidades de Saúde.

242

243 **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE**

244 A CIB **APROVOU** o Curso de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, destinados aos
245 profissionais de nível superior, efetivos, do SUS, que atuam diretamente na área de gestão do
246 trabalho e educação na saúde. A carga horária será de 360 h. Serão oferecidas 35 vagas, sendo
247 que os 33 municípios que aderiram ao PROGESUS terão prioridades das vagas, sendo uma
248 por município. As vagas remanescentes serão realocadas para a SES. O Curso terá
249 financiamento PROGESUS. O custeio com alimentação, transporte e hospedagem será por
250 conta de cada gestor responsável pelo aluno inscrito. O Curso terá duração de 12 meses, sendo
251 que as aulas serão ministradas às segundas e terças feiras, de 15 em 15 dias. O Diretor de



252 Educação Permanente da SES Flávio Magajewski cita que o curso está sendo desenvolvido
253 através de um convênio com a Escola Nacional de Saúde Pública.

254

255 **COMPOSIÇÃO DA CIES ESTADUAL**

256 Considerando a Portaria GM/MS 399/2006 de 30 de março de 2006 que regulamenta as
257 diretrizes e conteúdos do Pacto pela Saúde, incluindo as atividades de gestão do trabalho e
258 educação em saúde no âmbito do Pacto de Gestão; considerando a Portaria GM/MS 1996/2007
259 de 20 de agosto de 2007 que reestruturou os espaços de formulação, pactuação, execução e
260 avaliação da política de educação permanente e profissional no âmbito do SUS e definiu
261 recursos federais para ações de educação permanente e educação profissional para os estados
262 da Federação; considerando a Deliberação nº 127/2007 de 04 de outubro, que homologa os
263 Colegiados de Gestão Regional de Santa Catarina; considerando o artigo 14 da Lei nº 8080 de
264 19 de setembro de 1990, que trata da criação e funções das Comissões Permanentes de
265 Integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino e a Deliberação 127/10 de 18
266 de março de 2010, que cria a CIES Estadual, a CIB **APROVOU** a composição da Comissão
267 de Integração Ensino e Serviço – CIES Estadual. A composição disponível à mesa será
268 incluída nesta Deliberação. O Diretor de Educação Permanente da SES Flávio Magajewski
269 esclarece que a indicação para a composição da CIES Estadual foi definida no Seminário
270 Estadual de Educação Permanente. Que as funções que deveriam estar sendo executadas pela
271 CIES Estadual estavam sendo realizadas pelo Fórum.

272

273 **MUDANÇA DE NOME DO COLEGIADO DE GESTÃO REGIONAL DA MACRORREGIÃO NORTE**

274 A CIB **APROVOU** a mudança do nome do Colegiado de Gestão Regional Amplanorte para
275 Colegiado de Gestão Regional Norte. O Colegiado de Gestão Regional de Saúde Amplanorte
276 indicou pela mudança do nome do seu Colegiado de Gestão para Colegiado de Gestão
277 Regional de Saúde – Norte e encaminhou a CIB para apreciação e Deliberação. A mudança foi
278 apontada em reunião daquele Colegiado em 22 de abril de 2010.

279

280 **MÉDIA COMPLEXIDADE DE ORTOPEDIA NO HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE CONCÓRDIA**

281 O Coordenador da CIB/Cosems Celso Dellagiustina cita que o tema foi pautado em respeito
282 ao Coordenador do Colegiado de gestão Regional do Alto Rio Uruguai, que encaminhou
283 Ofício citando vários processos de TFD negados por ser de média complexidade, por
284 profissional ligado ao grupo da ortopedia. Ressalta que o acesso está sendo negado pelo gestor
285 e não pelo prestador. Que já foram tomadas várias medidas e que não deram resultados. Que
286 tem duas propostas para encaminhamentos: Que SES e Cosems devem se dirigir ao Ministério
287 Público sobre a responsabilidade dos prestadores de serviços e que os novos gestores tendo a
288 negativa de atendimento, comuniquem aos promotores públicos para acionarem os prestadores
289 e; como segunda proposta, que o Estado faça as auditorias de gestão, de acordo com a
290 legislação. Que a auditoria de gestão é prerrogativa do Estado, sendo deliberada na CIB. O
291 Coordenador da CIB/SES Roberto Hess de Souza menciona que, na passagem pelos vários
292 setores da SES que atuou, já presenciou as angústias dos gestores municipais sobre assuntos
293 semelhantes. Que tem o Ministério Público como parceiro e não vê problema em levar esse
294 assunto ao Ministério Público. Mas, também cita que é necessário levar esse assunto adiante.
295 Que os gestores municipais de saúde também o façam nessas situações. Que a posição da SES
296 é favorável pelo encaminhamento ao Ministério Público. O Secretário Municipal de Saúde de
297 Campo Erê Elói Trevisan se diz contrário a judicialização na saúde, mas se este expediente é
298 utilizado contra os gestores públicos, também deve ser utilizado em favor. O Coordenador da



299 CIB/SES Roberto Hess de Souza coloca que isso não é judicialização, é estar dirigindo-se a
300 um 'Poder' que pode chamar as pessoas para as suas responsabilidades. E coloca uma outra
301 proposta, que se marque uma audiência com o Procurador Geral do Ministério Público. A
302 proposta é aceita pelo Coordenador da CIB/Cosems. O Coordenador da CIB/Cosems cita por
303 fim que a CIB não receberá mais questões desse tipo se os gestores municipais não forem
304 primeiro aos promotores públicos. Ficaram então **APROVADOS** dois encaminhamentos:
305 elaboração de documento conjunto SES/COSEMS para ser encaminhado à Procuradoria Geral
306 do Ministério Público sobre o atendimento em ortopedia, no Hospital São Francisco de
307 Concórdia e a realização de auditoria de gestão em todos os serviços de Concórdia.

308

309 **DELIBERAÇÃO 180/2009 – RECURSOS DO PLANEJASUS**

310 Retirado de Pauta por consenso entre SES e COSEMS.

311

312 **MINUTA DO FINANCIAMENTO DE REDE**

313 A CIB **APROVOU** as normas gerais de Implantação do Incentivo financeiro para a Rede de
314 Atenção às Urgências e Emergências, no âmbito das Macrorregiões Nordeste e Planalto Norte
315 do Estado de Santa Catarina; a tipologia dos pontos de atenção quer farão parte da Rede às
316 Urgências e Emergências para ser utilizado na implantação do projeto de Rede de Atenção à
317 saúde, no Estado de Santa Catarina, sendo que os pontos de atenção que comporão a Rede de
318 Atenção às Urgências e Emergências das Macrorregiões Nordeste e Planalto Norte do Estado
319 de Santa Catarina serão aprovados em Deliberação específica após a sua discussão e
320 aprovação nos Colegiados de Gestão Regional. A Minuta foi apresentada ao plenário pela
321 Gerente de Planejamento do SUS/SES Ângela Blatt Ortiga que coordena a implantação das
322 Redes em SC. O Coordenador da CIB/SES Roberto Hess de Souza refere que esse é um
323 momento especial para o Estado de Santa Catarina. Parabeniza a equipe técnica da SES e a
324 todos os gestores que participaram da construção desse projeto. Que foi um trabalho difícil,
325 duro, mas muito importante e que tem certeza que será um sucesso. Todo o detalhamento
326 disponível à mesa será incluído nesta Deliberação.

327

328 **ORDEM DE SERVIÇO – PORTARIA 2226/2009**

329 A CIB **RATIFICOU** as ordens de serviços, para o recebimento da segunda parcela da Portaria
330 2226/2009, dos municípios de Lauro Muller, Presidente Nereu e Maravilha.

331

332 **HOMOLOGAÇÃO**

333

334 **A) DELIBERAÇÕES AD REFERENDUM**

335 A CIB **HOMOLOGOU** as Deliberações ad referendum 266/CIB/2010 – Aprova recursos
336 advindos de emenda parlamentar para o Hospital de Palmitos; 267/CIB/2010 – UPA DE
337 GAROPABA; 268/CIB/2010 – RECURSOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE;
338 269/CIB/2010 – PACTO PELA SAÚDE de Lebon Régis; 270/CIB/2010 – PACTO PELA
339 SAÚDE de Acurra; 271/CIB/2010 – FINANCIAMENTO FEDERAL, Portaria 2198/2009
340 para o Município de Balneário Camboriú; 272/CIB/2010 – aprova recursos advindos de
341 emenda parlamentar para Garuva; 273/CIB/2010 – Aprova a proposta de informatização das
342 Unidades de Saúde de Balneário Camboriú; 274/CIB/2010 – Aprova a liberação da segunda
343 etapa dos recursos do financiamento da Portaria 2226/2009, mediante apresentação da ordem
344 de serviço para Florianópolis; 275/CIB/2010 – Aprova recursos advindos de emenda
345 parlamentar para o Município de Nova Veneza; 276/CIB/2010 – PROJETO PARTICIPASUS



346 de Vargeão; 277/CIB/2010 – PROJETO PARTICIPASUS de Aurora; 278/CIB/2010 – PET
347 VISA DE ITAJAI; 279/CIB/2010 – PET VISA DE PIÇARRAS; 280/CIB/2010 – PROJETO
348 PARTICIPASUS de Videira; 281/CIB/2010 – Aprova a liberação da segunda etapa dos
349 recursos do financiamento da Portaria 2226/2009, mediante apresentação da ordem de serviço
350 para Ipumirim; 282/CIB/2010 – PROJETO PARTICIPASUS de São José; 283/CIB/2010 –
351 Aprova a liberação da segunda etapa dos recursos do financiamento da Portaria 2226/2009,
352 mediante apresentação da ordem de serviço para Xaxim; 284/CIB/2010 – PROJETO
353 PARTICIPASUS de Imbituba.

354

355 **B) PLANOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, DA PORTARIA DE EDUCAÇÃO** 356 **PERMANENTE – PAREPS**

357 A CIB **HOMOLOGOU** os Planos Regionais de Educação Permanente em Saúde – PAREPS.
358 Esses Planos Regionais de Educação Permanente já foram aprovados nos seus respectivos
359 Colegiados de Gestão Regional – CGR. As Comissões de Integração Ensino e Serviço – CIES
360 encaminharam à Diretoria de Educação Permanente da SES, os planos dos CGRs listados a
361 seguir e homologados nesta CIB: Colegiado de Gestão Regional da Foz do Rio Itajaí;
362 Colegiado de Gestão Regional Extremo Sul; Colegiado de Gestão Regional Alto do Rio
363 Uruguai; Colegiado de Gestão Regional Norte; Colegiado de Gestão Regional Meio Oeste;
364 Colegiado de Gestão Regional da Região Carbonífera; Colegiado de Gestão Regional do
365 Extremo Oeste 01; Colegiado de Gestão Regional do Extremo Oeste 02. De acordo com a
366 Política Nacional de Educação Permanente – Portaria GM/MS 1996 de 20 de agosto de 2007,
367 Art. 11, Inciso IV – atribui a CIB, a competência pela homologação dos Planos Regionais de
368 Educação Permanente em Saúde.

369

370 **INFORMES**

371

372 **RELATÓRIO DE AUDITORIA DE MAIO E JUNHO DE 2010**

373 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação/Gerência de Auditoria da SES enviou os
374 relatórios de auditoria, disponibilizados à mesa, referentes aos meses de maio e junho de 2010.

375

376 **PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE**

377 O Diretor de Educação Permanente da SES Flávio Magajewski informa que o Plano Estadual
378 de Educação Permanente foi construído no Seminário Estadual de Educação Permanente,
379 pactuado na CIB e aprovado no Conselho Estadual de Saúde. Mas, há necessidade de incluir
380 capítulos sobre Residência Médica, Educação Profissional, Educação Popular e um de
381 avaliação.

382

383 **NOVA PORTARIA DAS CIRURGIAS ELETIVAS**

384 A SES informa que: considerando o Projeto de Cirurgias Eletivas, aprovado na Deliberação
385 188/CIB/2009; considerando a aprovação na Câmara Intergestores Tripartite – CIT, realizada
386 em Brasília no dia 17 de julho de 2010, de uma nova proposição de valores para as cirurgias
387 eletivas (200 milhões); considerando a redução do repasse para realização para o montante de
388 R\$ 6.383.800,00, fica mantida a Deliberação 188/CIB 2009, com a proporcionalidade dos
389 valores e a proposta da distribuição de 7.000 APACs e 2.840 AIHs, sendo que nenhum
390 município receberá uma cota inferior a 05 APACs e 04 AIHs. A SES através da Gerência de
391 Controle e Avaliação ficará com uma cota de 296, que poderão ser utilizadas tanto para APAC
392 como AIH, para suprir emergências após a utilização da cota pelos municípios.



393

394 **MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO PLANEJASUS**

395 A Gerente de Planejamento do SUS/SES Ângela Blatt Ortiga apresentou a matriz de avaliação
396 do Planejatus. Essa matriz contempla duas dimensões: dimensão 1 – garantia de recursos e
397 dimensão 2 – garantia das relações.

398

399 **VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

400 Incluído aqui um informe da Diretoria de Vigilância Sanitária da SES Raquel Bittencourt que
401 informa aos gestores municipais de saúde, que os mesmos ainda não receberam os recursos
402 relativos ao piso estratégico e estruturante de vigilância sanitária. O Fundo Nacional de Saúde
403 informou que os repasses serão realizados, contando de hoje, 10 dias, relativos aos meses de
404 janeiro a julho de 2010, referentes aos pisos estruturantes e estratégicos. Outro informe é que,
405 em agosto será realizado o Fórum Regional de Vigilância Sanitária. Que este ano não haverá
406 fórum nacional, somente fóruns regionais. O primeiro será em Florianópolis. Florianópolis
407 estará somente sediando, ele será realizado e custeado pela ANVISA.

408

409 Por último, foi colocado pelo Secretário Municipal de Saúde de Lages Juliano Polese, a
410 possibilidade do fechamento do Hospital Seara do Bem, face às dificuldades financeiras
411 encontradas que impossibilitam o cumprimento das responsabilidades assumidas e decorrentes
412 desse não cumprimento, está sendo acionado por ação civil pública, tendo que pagar multas
413 diárias. O Coordenador da CIB/Cosems Celso Dellagiustina menciona o caso do Município de
414 Juriá no Rio Grande do Sul e solicita permissão ao Secretário Municipal de Lages para que
415 Cosems e SES façam uma moção de apoio à Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul e a
416 Assedisa, no sentido de não abrir mão da decisão judicial de Juriá, onde Estado e Município
417 pagam multas diárias. O Coordenador da CIB/SES Roberto Hess de Souza cita que em
418 Gramado, durante reunião do CONASS, levou o assunto de Juriá ocorrido no Rio Grande do
419 Sul para a pauta e o CONASS decidiu estar atento e participativo para derrubar a decisão do
420 Juiz, para que isso não se espalhe por todo país, ameaçando o Sistema Único de Saúde.

421

422 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata, assinada por
423 mim e pelos Coordenadores.

424

425

Fraiburgo, 08 de julho de 2010